

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de Brasil Class.: 2841

Data: 25/07/91 Pg.: 07

Garimpo deixa terra ianomâmi e avança em outras áreas

BRASÍLIA — Embora satisfeito com o número crescente de garimpeiros que estão deixando as terras dos índios ianomânis em Roraima, em consequência da Operação Selva Livre, o presidente da Funai, Sidney Possuelo, está preocupado com as ocupações em outras regiões. No relatório que recebeu ontem de Roraima, Possuelo foi informado de que os garimpeiros estão trocando as áreas dos ianomânis pelos territórios dos índios macoxis, regiões denominadas Raposa e Serra do Sol, na fronteira do Pará com a Guiana. Os garimpeiros estão também ocupando a reserva indígena de Nhamundá-Mupuera, no oeste do Pará.

Como a reserva Nhamundá-Mupuera já foi demarcada pela Funai, a ocupação dos garimpeiros é tão ilegal quanto a ocorrida no território dos ianomânis. O caso dos índios macoxis é ainda mais grave, porque a população local os considera civilizados, devido ao elevado nível de aculturação. O presidente

da Funai disse que esse problema só será resolvido depois da concluída a Operação Selva Livre.

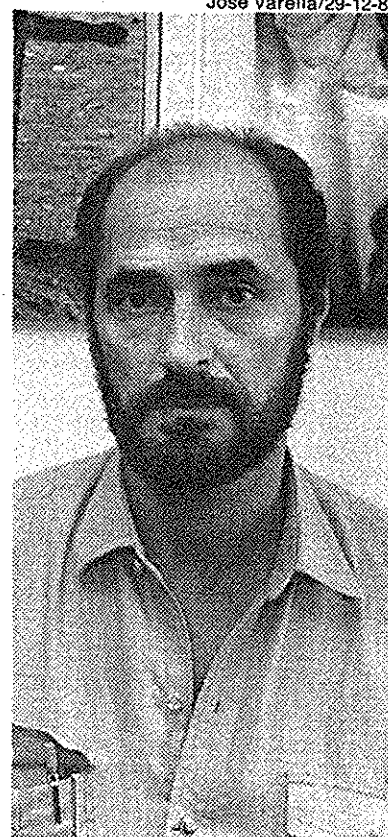
Fiscalização — No relatório que recebeu ontem, Possuelo foi informado também de que em apenas um ponto da região, na balsa de Homoxi, 142 garimpeiros estavam prontos para deixar o local. Ele não sabe precisar quantos garimpeiros já deixaram a área, mas garante que os 7 mil calculados inicialmente não corresponde à realidade. Possuelo acha que são em torno de 4 mil garimpeiros espalhados por toda a região.

Para evitar que os garimpeiros voltem a invadir as terras dos ianomânis, a Funai já tem pronto um esquema de fiscalização do território, com a instalação de 19 postos da Funai. Segundo Possuelo, os principais pontos de garimpos serão constantemente vigiados por mateiros, ex-seringueiros a serviço da Funai. Para a operação e todo o esquema de demar-

cação das terras, a Funai dispõe de Cr\$ 2,9 bilhões, dos quais Cr\$ 700 milhões estão sendo utilizados na operação.

O presidente da Funai receia que a greve dos servidores possa interromper a operação. Como os funcionários da Funai em Manaus aderiram à greve ontem, Possuelo teme que a mesma atitude seja adotada pelos servidores de Boa Vista, fundamentais à operação que teve início há seis dias. "Por enquanto, a greve não está comprometendo a operação, mas poderá vir a prejudicá-la", adverte o sertanista.

Possuelo acredita que o Ministério da Justiça irá resolver o impasse criado entre governo e servidores o mais rápido possível. Os funcionários da Funai estão em greve porque o Ministério da Justiça não incluiu no projeto de lei sobre o reajuste salarial do funcionalismo público a tabela de reajuste do órgão. Pela tabela, os funcionários teriam um reajuste de 70%.



Possuelo: receio da greve

José Varela/29-12-87

Manaus reprime madeireiros

MANAUS — Quatro toneladas de itaúba preta, uma madeira nobre cada vez mais rara na Amazônia, foram apreendidas ontem na baía do Rio Negro por fiscais da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que estão registrando aumento expressivo de madeira extraída ilegalmente das florestas nos arredores da capital amazonense. Dez toneladas de madeira são apreendidas semanalmente em média, por falta de guia florestal e autorização.

As apreensões de ontem ocorreram numa operação de apenas 45 minutos em barcos que se aproximavam de Manaus navegando pelo Rio Negro ou por seu afluente, o Rio Tarumã. Dos barcos visitados pelos fiscais, dois transportavam madeira nobre, que seria vendida em Manaus para construção de casas de estilo em bairros de alta renda da cidade. Os dois barcos, *Coari* e *Chaparral*, operam nos arredores da cidade, conforme seus proprietários, escoando a produção madeireira ilegal que se pratica nessas áreas, estão retidos no Porto de Manaus e a madeira será utilizada pela prefeitura na construção de novas escolas.

Áreas Verdes — Acompanhando os barcos com uma lancha-voadeira da secretaria, os fiscais encontraram vestígios de grande contrabando de assacu, madeira muito valorizada por sua capacidade de

suportar muito peso submersa, sendo apropriada para construção de casas flutuantes. A madeira foi extraída ilegalmente no Alto Rio Negro e vendida a uma serraria num bairro de Manaus, conforme relatos de ribeirinhos do Tarumã. No mesmo instante em que era efetuada a apreensão de um dos barcos, um caminhão carregado com toras de madeira deixava o porto Marina-Tauá, ao lado do Tropical Hotel. Os fiscais avisaram por rádio às autoridades em terra do deslocamento do caminhão, que não pôde ser interceptado.

Segundo a coordenadora de Fiscalização da Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura de Manaus, Luzia de Assunção Pinto, "há dias em que se apreende três ou quatro caminhões transportando madeira extraída de forma ilegal". Ela revela que há imobiliárias combinando loteamento de áreas verdes de Manaus com a venda de madeira dos respectivos lotes. A principal firma envolvida é a Ela — Assessoria e Empreendimentos Ltda., que está sendo responsabilizada por grande desmatamento na área do conjunto residencial Beija-Flor. A principal área de atuação desses madeireiros, segundo fiscais da Secretaria do Meio Ambiente, é o Lago do Puraquequara, localizado entre a cidade de Manaus e o Rio Solimões, que já perdeu pelo menos 20% de sua arborização.